



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA 227

1 Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e treze, às quatorze horas realizou-se
2 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
3 sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva.
4 Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Sr. Tierr
5 Rafael Angeluci, Sra. Karym Rachel Mami Collesel e Sra. Nelsi Maristela Valigura
6 (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Suelen Francine Rigoni (Fundação
7 Municipal Proamor); Sra. Leni Aparecida Viana da Rocha (Secretaria Municipal de
8 Educação); Sra. Vanduire Arcoverde Silva (Secretaria Municipal de Administração) e Sra.
9 Carla Maria Di Piero Mendes (Secretaria Municipal de Saúde). Os **conselheiros não**
10 **governamentais titulares**: Sr. Luiz Cezar da Silva (Presidente) e Sra. Fernanda de Almeida
11 da Silva (Entidades de Proteção Social Básica); Sr. Osni Cirino da Cunha (Entidades de
12 Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Sra. Marialva Ribas Kincheski (Entidades
13 de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Sra. Érica Francine Pilarski Clarindo
14 (vice-presidente) e Sra. Isabela Nadal (Profissionais da Área da Assistência Social); Sra.
15 Ana Cristina Duda, Sra. Cléa Maria Mathias Pereira e Sra. Ivone do Carmo Camargo
16 (Usuários da Assistência Social). Os **conselheiros governamentais suplentes**: Sra. Maria
17 Lucia de Pádua Ferreira de Lima (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sr. Cesar
18 Petrônio Mendes (Secretaria Municipal de Gestão Financeira e Assuntos Jurídicos).
19 Registra-se a presença do Sr. Cezar na titularidade dada pela ausência do titular. Os
20 **conselheiros não governamentais suplentes**: Sra. Luci Teixeira Biscaia (Entidades de
21 Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Sra. Ronilda Aparecida de Souza Santos
22 (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade); Sra. Erika Schemigel
23 (Profissionais da Área da Assistência Social) e Sr. Marcelo Safraid (Entidades de Proteção
24 Social Básica). **Registramos as presenças**: Sra. Lucília do Rocio Lopes Andrade
25 (Secretária Executiva); Sra. Ariane Ewert (estagiária do CMAS), Sra. Sandra Cisco (Chefe
26 da Divisão de Monitoramento, Controle Social e Sistemas de Informação/SMAS), as Sras:
27 Andréia S. Santos, Jenyffer Laura Prochno, Renata Aparecida Vieira e Noeli Cristina S.
28 (acadêmicas da UEPG). Justifica-se a ausência da conselheira Ana Teresa da Cruz. A
29 reunião tem a **seguinte pauta**: 1- Apreciação e aprovação da pauta. 2- Aprovação da ata nº
30 226. 3- Informes Gerais. 4- Apreciação do Parecer da Comissão de Documentação e
31 Cadastro de Entidades de Assistência Social sobre a inscrição das seguintes instituições:
32 4.1- ASTRAMA. 4.2- Casa da Sopa Espírito Santo Pontagrossense. 5- Apreciação do
33 parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos. 6- Apreciação da
34 Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social. 7- Informes da
35 Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social. **Abertura**: Com
36
37

38 o quorum estabelecido, o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva inicia a reunião
39 cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Relata que a ata 226 é somente a
40 transcrição do áudio, não foi lavrada pela secretária executiva anterior, Sra. Carla Bühner
41 Salles Rosa devido à sua transferência de setor. Assim, solicita que a Ata fique para
42 aprovação na próxima reunião, após a redação e formatação pela secretária executiva Sra.
43 Carla. A Conselheira Ana Duda propõe que a ata fique como está por considerar que traz o
44 relato exato do que aconteceu na reunião. O Presidente Sr. Luiz Cezar aponta a existência
45 de erros na escrita e Ana Duda pede que se proceda com a devida correção sem alteração
46 do conteúdo. O Presidente Sr. Luiz Cezar indaga se todos concordam com a correção da
47 Ata e, após lavrada, ser aprovada na próxima reunião plenária. **Aprovado em**
48 **unanimidade.** Item dois da pauta: **Informes Gerais.** A estagiária Ariane lê os ofícios
49 expedidos: Ofício nº 19 para o Promotor Dr. Honorino Tremea pedindo prorrogação do prazo
50 para as informações quanto à necessidade de transferência das pessoas acolhidas na
51 Associação ao Deficiente Físico e Mental Vila Velha. Ofício nº 20 para a Sociedade
52 Recreativa Beneficente Santa Cecília indeferindo a solicitação de inscrição. Ofício nº 21 ao
53 Coordenador do Selo Social, Sr. Miguel Droppa indicando a conselheira Marialva Ribas
54 Kincheski para a suplência no Comitê Avaliador do Selo Social. Ofício nº 22 ao coordenador
55 da Comissão Municipal Intersetorial de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças
56 e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – CONVIVA, Sr. Marcelo Safraid
57 indicando os conselheiros que integrarão a CONVIVA. Ofício nº 23 para Associação de
58 Amparo às Famílias Carentes com Tuberculose – AACT indeferindo a solicitação de
59 inscrição. Ofício nº 24 ao Instituto Ação Cultural Homar Paczkowski Antunes Pinto
60 indeferindo a solicitação de inscrição. O Presidente Sr. Luiz Cezar faz a leitura do
61 memorando nº 95 recebido da Gerência de Proteção Social Básica, solicitando inclusão do
62 conteúdo nos informes desta plenária. Convida a gerente, Sra. Carla Bühner Salles Rosa,
63 para explanar sobre a solicitação. Sra. Carla Bühner apresenta o projeto de repasse de
64 cestas básicas para famílias atendidas pelos CRAS na concessão de Benefício Eventual
65 com condicionalidades explicando como funcionará nos CRAS, diz que é uma demanda que
66 surgiu após a supressão desse atendimento pelo SOS. Justifica a solicitação pela
67 necessidade do preenchimento dessa lacuna por solicitação da própria comunidade
68 recorrente do benefício. A conselheira Ana Duda indaga se a solicitação é para
69 conhecimento da Plenária e passará para análise da Comissão e, o Presidente responde
70 que é para aprovação. Por considerar que o Conselho deverá analisar o projeto na
71 Comissão específica e que essa análise demandará de aproximadamente trinta dias, Sra.
72 Carla Bühner solicita autorização imediata para um atendimento experiencial durante três
73 meses com limite máximo de trezentas cestas básicas por mês. Esse período favorecerá a
74 percepção da real necessidade da população, diz que a distribuição de cestas não é o

75 objetivo da Secretaria e nem dos CRAS executores do Serviço de Proteção e Atendimento
76 Integral à Família – PAIF, porém é uma demanda que existe e a população está habituada a
77 receber. A Secretaria pretende fazer essa distribuição de cestas básicas gradualmente, por
78 isso foi previsto como Benefício Eventual. Em princípio serão duzentas cestas para entrega
79 nos CRAS e cem para reserva na Secretaria visando atender eventualidades e calamidades
80 que surjam na Proteção Básica ou na Proteção Especial. O Conselheiro Tierri disponibiliza o
81 depósito da UPA para armazenamento das cestas, esclarecendo que não será junto com o
82 trigo, mas em outro almoxarifado que armazena o óleo e açúcar. Há esse espaço disponível
83 que comportará cem cestas básicas e, se a demanda for maior dará para estocar no
84 depósito do mercado da família. A conselheira Ana Duda parabeniza a Gerência pela
85 iniciativa considerando a distribuição das cestas básicas uma prioridade no município.
86 Precedendo à votação, o Presidente faz a leitura das nomeações governamentais conforme
87 Decreto Municipal confirmando se os conselheiros estão trabalhando no município visando
88 dar legalidade à votação. Durante a leitura, a conselheira Maria Lucia aponta erro no seu
89 sobrenome, onde consta “Pádua da Silva” deverá constar “de Pádua Ferreira de Lima”. A
90 conselheira Carla Mendes diz que foi nomeada como conselheira titular representando a
91 Secretaria de Saúde, porém não foi nomeada como funcionária da Secretaria, diz que já
92 comunicou o Sr. Prefeito e que está participando como visitante. O Presidente Sr. Luiz
93 Cezar lembra que ela não tem direito a voto. Diz que os nomes serão conferidos junto aos
94 conselheiros e posteriormente expedição de ofício ao executivo para devida correção. Em
95 relação aos conselheiros não governamentais, o Presidente Sr. Luiz Cezar pergunta se a
96 conselheira Ana Duda é funcionária do órgão público. Ela responde que trabalha como
97 funcionária no SOS e como voluntária no departamento do Deficiente da Fundação
98 Proamor. A conselheira Erica diz que a conselheira pode ser vista como governamental ao
99 assinar documentos como coordenadora executiva dentro da Entidade governamental. Ana
100 Duda informa que não responde pelo setor, somente assina documentos como qualquer
101 voluntário, exemplificando que um médico voluntário assina receitas. Diz que está dentro da
102 legalidade conforme consulta junto ao departamento jurídico da Prefeitura e Tribunal de
103 Contas. Fala que como cidadã ela pode ser voluntária em qualquer setor sem deixar de
104 representar os usuários e sugere que o Presidente faça uma consulta jurídica. A conselheira
105 Carla Mendes lembra que a conselheira Ana Duda foi eleita na Conferência e o fato de
106 trabalhar em instituição não a faz perder essa representatividade. O Presidente Sr. Luiz
107 Cezar abre para apreciação dos conselheiros essa consulta jurídica sobre a
108 representatividade da conselheira Ana Duda. **Aprovado.** O Presidente Sr. Luiz Cezar
109 retoma a solicitação da Gerência de Proteção Social Básica da aquisição das cestas
110 básicas. O conselheiro Marcelo Safraid lembra que o projeto do S.O.S. que foi aprovado
111 contemplava o repasse de cestas básicas e que na ocasião, o Sr. Prefeito havia dito que o

112 CRAS não teria como absorver esse trabalho e sua preocupação é de sobreposição no
113 atendimento. A conselheira Érica Clarindo diz que nessa reunião o S.O.S. informou que só
114 repassaria cestas básicas para as pessoas que fizessem cursos e que o público do CRAS
115 não é o mesmo do S.O.S. A conselheira Ronilda pergunta se não ocorrerá duplicidade de
116 atendimento e a Sra. Carla Bühner diz que são famílias diferentes e buscarão uma forma de
117 cruzar dados para evitar duplicidade. A conselheira Nelsi Maristela diz que esse risco é
118 inevitável, que não acertarão cem por cento. O conselheiro Marcelo Safraid pergunta se o
119 SOS não poderia fazer transição das cestas básicas para os CRAS já que o projeto do SOS
120 foi aprovado com a informação de que os CRAS não prestariam esse serviço e esse recurso
121 poderia ser utilizado em outra finalidade. Sra. Carla Bühner diz que o S.O.S. não absorverá
122 essa demanda justificando que houve redução do repasse de R\$ 58.000,00 (cinquenta e
123 oito mil) para R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil). A conselheira Érica Clarindo fala que a
124 transição não é a questão física das cestas, mas há que se fazer uma transição de dotação
125 orçamentária. O Presidente Sr. Luiz Cezar põe para apreciação a autorização da destinação
126 da verba para aquisição das cestas básicas para os CRAS. **Aprovado.** Dando sequência, o
127 Presidente Sr. Luiz Cezar passa ao item quatro da pauta: **Apreciação do Parecer da**
128 **Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades de Assistência Social** sobre a
129 inscrição das seguintes instituições: ASTRAMA e Casa da Sopa Espírito Santo
130 Pontagrossense. A relatora, conselheira Marialva diz que a comissão realizou visita na
131 Entidade e pede que o relato se dê por conselheiro que acompanhou a visita. A conselheira
132 Érica Clarindo diz que se observou na visita um trabalho em forma de cooperativa, que a
133 produção dos tijolos e os móveis confeccionados são vendidos e os lucros divididos entre os
134 membros. Sra. Ronilda complementa que os produtos são de qualidade, porém há
135 remuneração para os integrantes. Sra. Sandra Cisco diz que o estatuto é de entidade, mas
136 que na visita viu-se a prática de cooperativa. A conselheira suplente Sra. Erika Schemigel
137 diz que o trabalho é para egresso, porém tomou conhecimento de que nem todos os
138 membros são egressos. **Parecer da Comissão:** O parecer da Comissão é de que a
139 Entidade não se enquadra nas exigências da legislação sugerindo o indeferimento da
140 inscrição. O Presidente Sr. Luiz Cezar expõe para apreciação esse parecer de indeferimento
141 da inscrição da ASTRAMA. **Aprovado.** Referente à Casa da Sopa Espírito Santo
142 Pontagrossense, o Presidente Sr. Luiz Cezar fala que a Sra. Cida, da Casa da Sopa, esteve
143 presente na reunião dessa Comissão indagando sobre a inscrição no conselho. Lembra que
144 no ano passado realizou-se visita na Casa e a inscrição foi indeferida, diz que ela solicita
145 novamente, mas que não fez as alterações necessárias para o enquadramento na Política
146 de Assistência. **Parecer da Comissão:** A atividade executada está mais próxima da
147 Segurança Alimentar e o indeferimento é mantido. O conselheiro Tierrri propõe
148 encaminhamento de ofício do CMAS ao Prefeito sobre o Conselho Municipal de Segurança

149 Alimentar e o Presidente diz que esse encaminhamento se dará pelo Conselho Regional de
150 Segurança Alimentar. O Presidente Sr. Luiz Cezar põe esse parecer da Comissão para
151 aprovação. **Aprovado. Apreciação do Parecer da Comissão de Monitoramento e**
152 **Avaliação de Projetos.** A relatora, conselheira Ana Duda comunica o recebimento de ofício
153 da Casa do Piá indagando sobre a interrupção das atividades da Unidade de Produção de
154 Alimentos da SMAS desde o mês de janeiro. **Parecer da Comissão:** A Comissão sugere o
155 encaminhamento do ofício para Secretaria questionando o não funcionamento da atividade
156 conforme Resolução 109/2009 do CNAS que dispõe sobre a ininterrupção dos serviços.
157 Recebimento de ofício da União dos Deficientes Visuais – UNIDEV solicitando repasse
158 mensal de recurso financeiro para manutenção das atividades da Entidade. **Parecer da**
159 **Comissão:** A Comissão sugere resposta ao ofício informando que não há liberação de
160 verba sem a inscrição no CMAS citando as exigências da legislação para obtenção da
161 inscrição. Recebimento de Ofício do Ministério Melhor Viver solicitando aprovação de co-
162 financiamento de projeto executado pela Entidade justificando as deliberações da reunião
163 anterior, ofício considerado antiético pela conselheira relatora. O conselheiro Marcelo
164 Safraid diz que a conselheira Ana Duda pediu desculpas ao conselheiro e que não concorda
165 com a liberação de cópia do documento ao conselheiro Jefferson Villalba, entende que a
166 solicitação deva ser formal com apresentação de justificativa. A conselheira Ronilda
167 manifesta desconhecer o teor do ofício e questiona a posse de documentos pelos
168 conselheiros, entende que possam consultá-los, porém sem aquisição de cópias.
169 Conselheira Ana Duda faz a leitura do ofício. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que o
170 regimento não regulamenta a liberação de cópias aos conselheiros e o referido ofício não
171 será disponibilizado ao conselheiro Jefferson Villalba. A conselheira Erica Clarindo lembra
172 que a Sra. Cida da Casa da Sopa solicitou a devolução dos documentos da Entidade e não
173 foram fornecidos por pertencerem ao arquivo do Conselho. **Parecer da Comissão:** A
174 conselheira Ana Duda relata que a comissão decidiu pelo financiamento do Centro de
175 Atendimento do Ministério Melhor Viver no valor total de R\$ 85.536,00 (oitenta e cinco mil,
176 quinhentos e trinta e seis reais) em nove parcelas mensais de R\$ 9.504,00 (nove mil,
177 quinhentos e quatro reais). Recebimento de Ofício do Instituto Duque de Caxias solicitando
178 uma readequação do valor repassado para Esperança Cidade dos Meninos, aumentando de
179 R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil) para R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil) elevando as trinta
180 metas para quarenta metas no Serviço de Acolhimento Institucional e de quarenta para
181 oitenta metas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Para a Aldeia da
182 Criança, a solicitação é de aumento de R\$ 20.000,00 (vinte mil) para R\$ 32.000,00 (trinta e
183 dois mil) elevando as vinte e cinco metas para quarenta no Serviço de acolhimento e
184 aprovação de vinte metas para a implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento
185 de Vínculos R\$ 1.900,00. **Parecer da Comissão:** A comissão sugere uma visita para as

186 Entidades em conjunto com a Divisão de Monitoramento para subsidiar a deliberação.
187 Análise do Projeto Corina Portugal, serviço de acolhimento a mulheres vítima de violência,
188 no valor solicitado de R\$ 13.963,60 (treze mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta
189 centavos). **Parecer da Comissão:** A Comissão é favorável pela aprovação do projeto com
190 repasse no valor de R\$ 125.672,40 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e dois
191 reais e quarenta centavos) distribuído em nove parcelas mensais de R\$ 13.963,60 (treze
192 mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos). O Presidente Luiz Cezar abre
193 para apreciação dos pareceres dessa Comissão: Envio do ofício para a Secretaria
194 questionando a interrupção do atendimento da UPA. **Aprovado.** Encaminhamento do ofício
195 para UNIDEV reafirmando a necessidade de busca pela inscrição. **Aprovado.** Visita em
196 conjunto com a Divisão de Monitoramento para a Aldeia Espírita e Cidade dos Meninos.
197 **Aprovado.** Aprovação do financiamento com recursos do Fundo Municipal de Assistência
198 Social para o Ministério Melhor Viver. **Aprovado.** Renovação do Convênio Corina Portugal.
199 **Aprovado. Apreciação do Parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo**
200 **Municipal de Assistência Social:** O relator, conselheiro Tierri informa que a Comissão
201 analisou os demonstrativos referentes aos meses de janeiro e fevereiro. Na reunião da
202 comissão, a diretora do Fundo informou que assumiu o cargo no final do mês de janeiro e
203 que os pagamentos foram executados pela Secretaria de Finanças. Levantaram
204 questionamento sobre os Programas BPC na Escola e ACESSUAS, recursos que não
205 existiam no Fundo. A Comissão sugere que o CMAS solicite às Gerências a apresentação
206 de relatório trimestral com a utilização dos recursos do SUAS. O Presidente Sr. Luiz Cezar
207 expõe esse parecer para apreciação. **Aprovado. Informes da Comissão Organizadora da**
208 **IX Conferência Municipal de Assistência Social.** O relator, conselheiro Marcelo Safraid
209 informa que o orçamento disponível para a Conferência é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil),
210 sendo: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil) provenientes de fonte mil e R\$ 15.000,00 (quinze
211 mil) provenientes de fonte IGD-SUAS. O tema geral da Conferência é “A gestão e o
212 Financiamento na Efetivação do SUAS” e a data sugerida é o dia primeiro de agosto de
213 2013. Apresenta o orçamento de local realizado pela Secretaria para dois dias de
214 Conferência conforme pensado inicialmente: Hotel Barbur R\$ 24.120,00 (vinte e quatro mil e
215 cento e vinte reais); Hotel Vila Velha R\$ 20.115,00 (vinte mil e cento e quinze reais) e Hotel
216 Slaviero R\$ 17.175,00 (dezessete mil e cento e setenta e cinco reais). Esses valores
217 contemplam a utilização de salas, auditório e dois cafés. Os hotéis não têm como servir
218 almoço e a sugestão viável é a compra de tickets, no valor de quinze reais, para utilização
219 nos restaurantes próximos. Opções de Palestrante: Fórum Regional de Assistência Social –
220 FOREAS (aguardando orçamento), Solar Consultoria (seis mil reais) e CEDEPS Consultoria
221 (quinze mil reais). Aponta as seguintes sugestões para palestra: uma única palestra sobre o
222 tema principal com aproximadamente duas horas de duração; quatro palestras,

223 separadamente, sobre os subtemas com uma hora de duração ou ainda uma palestra curta
224 sobre o tema principal e mais quatro sobre os subtemas com uma hora cada e uma hora
225 para trabalho nos grupos. O Conselheiro Marcelo fala que há necessidade de alterar a Lei
226 de Criação do CMAS antes da elaboração do Regimento Interno da Conferência. A análise
227 do Regimento Interno foi iniciada visando levantar as necessidades para alteração da Lei.
228 Apresenta aos conselheiros, o banner e o cartaz da Conferência, sendo ambos elaborados
229 pela Gerência Técnica. A Comissão pensou em realizar a eleição dos membros da
230 sociedade civil separadamente da Conferência sugerindo o dia vinte de novembro. Diz que,
231 apesar de existir um Informe da Comissão Estadual, determinando que a eleição ocorra na
232 mesma ocasião da Conferência, esta Comissão Municipal entende que as normas Federais
233 têm mais força que a Comissão Estadual. Há fundamentação na Resolução CNAS
234 237/2006, art. 11 orientando que a eleição ocorrerá em foro próprio. A conselheira Érica
235 entende que há um tempo muito distante entre a eleição e a posse, se a eleição ocorrer em
236 agosto a posse acontecerá somente no ano seguinte. O conselheiro Marcelo menciona que
237 nas Orientações Gerais do CNAS para a Adequação da Lei de Criação dos Conselhos,
238 consta no item oito: “assembleia instalada especificamente para esse fim”, e também “para
239 esse processo, os conselhos devem estar em conformidade com a sua lei de criação e
240 Regimento Interno”. Embora a comissão do Conselho Estadual sugira que se faça a eleição
241 junto com a Conferência, a Comissão Municipal, amparada pelas normas do CNAS, sugere
242 que se faça separadamente, conforme o Regimento Interno do Conselho Municipal. A
243 conselheira Érica Clarindo diz que o Conselho Nacional realizou a eleição separadamente
244 da Conferência. O Presidente Sr. Luiz Cezar abre para aprovação o parecer da comissão.
245 **Aprovado.** A conselheira Marialva sugere uma exposição com trabalhos de artistas
246 plásticos durante a Conferência, diz que também poderá ser com os trabalhos das
247 Entidades. O Presidente Sr. Luiz Cezar diz que pode ser uma Mostra Cultural sob a
248 responsabilidade da conselheira Marialva. **É aprovada a realização da Mostra.** O
249 Presidente lembra um assunto que poderia ter sido incluído nos Informes Gerais, diz que é
250 uma necessidade do Gestor e uma deliberação da Conferência anterior. Há parceria entre
251 Gestor e CMAS na estruturação dos CRAS e CREAS, porém permanece a dificuldade com
252 a insuficiência de funcionários. Propõe que fortaleceria o Gestor se o CMAS elaborasse uma
253 Resolução orientando para a realização de concurso público para a Gestão do SUAS. **A**
254 **emissão da resolução é aprovada.** O conselheiro Marcelo Safraid sugere que essa
255 resolução seja enviada ao Prefeito e Vereadores. **Encerramento:** Finalizada a pauta e nada
256 mais havendo a tratar, o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva agradece a presença dos
257 conselheiros e demais convidados encerrando a reunião às dezesseis horas dez minutos.